

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 3.898-A, DE 2008

*Altera a redação do art. 12 da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, para atualizar o valor da multa administrativa devida pelas infrações àquela Lei.*

**Autor:** Deputado ARNALDO JARDIM

**Relator:** Deputado VALTENIR PEREIRA

### I - RELATÓRIO

Com a presente iniciativa, o Ilustre Signatário pretende corrigir uma lacuna legal, atualizando o valor da multa administrativa devida por infração à Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949, que *dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos*.

Em sua justificação, o Autor ressalta que, como se trata de uma lei muito antiga, datada de 1949, hoje, o valor máximo vigente da multa ali estabelecida corresponde a R\$ 0,0003049 (três mil e quarenta e nove décimos de milionésimos de real), tendo em vista a evolução de nossa moeda e os sucessivos planos econômicos a que se submeteu nosso país. Tal valor (irrisório ou, na prática, inexistente) “prejudica o direito de milhões de trabalhadores, ao dificultar a atuação da fiscalização do trabalho em razão da falta de punibilidade.”

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, por unanimidade, aprovou o Projeto.

Decorrido o prazo regimental de 02/10/2009 a 14/10/2009, não foram apresentadas emendas ao Projeto, conforme certificado no termo de 15/10/2009.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa da proposta em tela.

Assim procedendo, cumpre-nos anotar que estão obedecidas as normas constitucionais que nos cabe examinar, a saber:

- a) competência legislativa da União (art. 22, inciso I);
- b) atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (art. 48);  
e
- c) legitimidade da iniciativa concorrente (art. 61).

Quanto à técnica legislativa, inexiste qualquer óbice à sua aprovação.

Diante do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 3.898-A, de 2008.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2009.

Deputado VALTENIR PEREIRA  
Relator

2009\_15251